

A centralidade do trabalho na formação das identidades sociais e suas implicações nas pesquisas em comunicação¹

Mara Ferreira Rovida²

Resumo

O resgate da centralidade do trabalho nos processos de mediação e de formação das identidades sociais tem impactos expressivos no entendimento das dinâmicas sociais contemporâneas. Numa sociedade marcada pelo avanço da divisão do trabalho social e pelo amplo desenvolvimento das tecnologias de comunicação (cada vez mais importantes no processo produtivo capitalista), é preciso rever a noção de trabalho como atividade essencial do ser humano e como aspecto constituidor de identidade individual e coletiva. Tal discussão se mostra fundamental para o desenvolvimento das pesquisas em comunicação.

Palavras-chave

Identidade social; trabalho; mediação social; solidariedade social.

Introdução

A discussão sobre as identidades sociais no mundo contemporâneo tem se desenvolvido com base em abordagens cujo o foco está na cultura, em questões de gênero, nas relações em comunidade, entre outros. Mas, tem-se deixado de lado a relevância da atividade de trabalho na identificação (e porque não, na diferenciação) dos indivíduos em sociedade. O debate a respeito da centralidade do trabalho como característica fundamental dos processos de formação das identidades sociais se apresenta como objetivo central deste artigo.

Tal proposta não pretende discutir os graus de importância das demais características da formação das identidades como as questões de gênero, étnicas, geracionais, culturais, mas sim resgatar a centralidade das atividades profissionais nesse processo. Como apontado por Veneza Rosini, em seu artigo “Mídia, cultura e classe: a ordem da diferença” (2007), os indivíduos são sujeitados a várias condições constituintes de suas identidades, são atravessados por várias dinâmicas e mesmo aquilo que diz respeito às classes sociais (preocupação principal da autora) não pode ser entendido como estruturas “eternamente fixas e imutáveis (...) não podem ser concebidas como unidades, mas atravessadas por singularidades” (2007, p.2).

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XII Encontro de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), mararovida@usp.br

A fala de Rosini nos expõe à necessidade de pensar a construção das identidades sociais como um processo inacabado, além de ser caracterizado pela multiplicidade, ou seja, essa construção conjuga várias situações ou, para usar um termo da autora, várias condições. O objetivo de Rosini é recolocar a ideia de classe social – entendida como algo mutável e em constante transformação – nesse debate. No presente artigo, a discussão estará focada – para além das noções de classe social – no papel da atividade de trabalho para a definição das identidades sociais.

O trabalho como característica constituinte da identidade social tem relevância para os estudos em comunicação, em especial para as pesquisas de recepção. Isso porque o mundo do trabalho representa, como será observado a seguir, uma mediação central para os sujeitos sociais por razões que vão desde a natureza essencial da atividade de trabalho, até o espaço que as relações sociais vinculadas aos ambientes de trabalho ocupa na vida das pessoas.

1. O trabalho como atividade essencial do homem

Trabalho não é emprego, não é uma atividade que tem como único objetivo gerar mais-valia no processo produtivo capitalista. Trabalho é uma atividade essencial do ser humano, uma atividade ontológica que diferencia o homem dos demais animais.

Essa visão de trabalho é apresentada por Harry Braverman em seu livro “Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX” (1981). O autor apresenta a essencialidade da atividade de trabalho para os homens e sua diferença em relação ao trabalho dos animais. Ele inicia sua tese demonstrando um aspecto básico dessa diferença, a objetividade da atividade humana e seu planejamento. Nessa perspectiva, o autor afirma que o trabalho humano não é instintivo como o dos animais, mas sim planejado e consciente. Além disso, o homem é capaz de alterar o estado natural dos “materiais” e melhorar sua utilidade.

Essa característica diferenciada do homem é um aspecto importante, segundo Braverman, para entender o conceito de força de trabalho. Segundo ele, ao ser capaz de mudar o mundo a sua volta e ampliar as potencialidades naturais do meio em que vive, o homem acaba por produzir um excedente o que, erroneamente, é entendido por ‘senhores do trabalho de outros’ como um fator de produção como outro qualquer (força animal, por exemplo). Isso tudo porque essa capacidade de planejar as ações para mudar os materiais (ou seja, a própria natureza) resulta na possibilidade de transferir a execução da atividade tanto para outro homem, como para um animal ou uma máquina. Então, ele frisa

O que distingue a força de trabalho humano é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do seu capital (BRAVERMAN, 1981, p.58).

Assim, fica evidente que o trabalho humano não é uma atividade instintiva que visa a preservação da vida. O homem planeja, melhora suas condições de vida, altera a natureza a sua volta e também muda a si mesmo. Essas ações compreendem aquilo que entende-se aqui como conceito de trabalho na sua forma mais essencial, ou seja, como toda e qualquer atividade humana capaz de transformar o meio ambiente e o próprio ser humano.

Essa noção que vincula o trabalho a essência do homem também é discutida por Ricardo Antunes. Ele parte dessa abordagem para tentar entender como o trabalho passa a ser gerador de riqueza na sociedade capitalista e como essa atividade está no cerne do desenvolvimento do capital. Antunes (2001), apropriando-se da ideia de sistema de metabolismo social de Mézáros em que constam duas formas de mediação (uma de primeira e outra de segunda ordem), observa a “evolução” do trabalho como atividade humana que passa a ser explorado no processo produtivo capitalista. O autor enfatiza que esse sistema se desenvolveu historicamente e se baseia numa lógica em que o trabalho é subsumido ao capital pela divisão social hierárquica.

As mediações de primeira ordem se referem às atividades cuja finalidade é “a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal” (ANTUNES, 2001, p.19). Essa categoria de mediação se traduz nas formas de domínio da natureza e nas relações sociais que garantem a vida, em que não aparecem “hierarquias estruturais de dominação e subordinação” (ANTUNES, 2001, p.20), características das mediações de segunda ordem que “correspondem a um momento específico da história humana” (ANTUNES, 2001, p.20). Momento este em que aparecem elementos fetichizadores e alienantes cujos impactos alterarão profundamente as mediações de primeira ordem. As funções produtivas passam a ser submetidas ao imperativo absoluto da expansão do capital e o estabelecimento dessa lógica, ou dessa forma de mediação, se dá com base no tripé capital, trabalho e Estado (sendo que o trabalho sustenta o capital).

O que Antunes e Braverman acabam por evidenciar é o fato de que o trabalho – embora possa estar atualmente atrelado à geração de riqueza dentro da lógica capitalista – é uma atividade humana por essência que permite ao homem alterar a realidade. Tal característica

humana ganha novos contornos numa sociedade baseada no processo de divisão do trabalho e, em alguma medida, será essencial na diferenciação (para o bem e para mal) dos indivíduos em sociedade, como veremos a seguir.

2. De atividade essencial humana à divisão social do trabalho

Partindo do pressuposto da característica essencial do trabalho como atividade humana, é possível dar um passo a diante e pensar a importância das profissões para os indivíduos na contemporaneidade. Nesse sentido, começa-se a esboçar as relações entre trabalho e formação das identidades sociais.

A sociedade capitalista, modelo contemporâneo de organização social, é marcada por um processo de divisão do trabalho. Vários autores evidenciaram esse aspecto central do capitalismo em textos e pesquisas já considerados clássicos das ciências sociais. Algumas correntes observam esse processo como fomentador da perda do sentido de unidade social (alienação). Por outro lado, há pensadores que veem na divisão do trabalho um indício de desenvolvimento social que possibilitaria a integração dos indivíduos e coletivos justamente por criar e ampliar a interdependência. Isso porque quanto maior o grau de divisão do trabalho, maior a dependência entre os coletivos de trabalho. Como exemplos de abordagens dessa questão, propõe-se aqui, rapidamente, rever alguns aspectos da visão marxista, por um lado, e do ponto de vista da sociologia de Émile Durkheim, por outro.

Em “A ideologia alemã” (2007) Karl Marx e Friederich Engels tratam da vida em sociedade como um processo histórico. Eles iniciam o debate a partir da ideia de que a existência humana pressupõe algumas condições elementares de viver que estão ligadas a alimentação, moradia, vestimenta, entre outros. Tendo, assim, condições de viver, o homem se torna capaz de fazer história e isso pode ser observado a partir de três atos históricos.

O primeiro ato histórico do ser humano está vinculado a sua capacidade de produzir os meios que lhe ofereçam as condições de viver; o segundo ato é decorrente do primeiro, pois ao satisfazer as necessidades básicas, o homem cria novos anseios, mais elaborados; e o terceiro ato histórico é resultante dos movimentos anteriores, porque o homem que é capaz de criar e satisfazer necessidades e anseios, também será capaz de renovar sua própria existência. Isso significa que o homem passa a “se reinventar”, a criar outros homens por meio da família e a criar dinâmicas de grupo como as comunidades que, ao extrapolarem os limites locais, resultarão nas sociedades.

Esses três atos históricos são momentos intrínsecos ao desenvolvimento social, eles coexistem desde os primórdios e representam uma forma de entender como o homem produz a vida social. Seja pelo trabalho propriamente dito ou pela procriação (criação de outros homens), a produção da vida social depende da cooperação, ou seja, da força produtiva coletiva. Por isso, os autores acreditam que o entendimento da história da humanidade depende da observação da história da indústria e das trocas.

Sobre a questão da divisão do trabalho, Marx e Engels entendem que esta, realmente, nasce quando se divide o trabalho em material e espiritual (eles não consideram as divisões anteriores baseadas em gênero, por exemplo, como representantes efetivas da divisão social do trabalho). Os autores chamam a atenção para o fato de que a diferenciação gerada pela divisão do trabalho resulta em desigualdades sociais quantitativas e qualitativas. Para eles, isso ocorre também devido às contradições entre interesses individuais e coletivos.

Esse movimento histórico da sociedade capitalista será observado pelo sociólogo francês Émile Durkheim como um indicador de desenvolvimento social. Para o autor, a divisão do trabalho permite o avanço da produção industrial bem como da produção de conhecimento e tecnologia (2004). Além disso, essa divisão que propulsiona a criação de especialidades de trabalho possibilitará a convivência de tantas pessoas em espaços cada vez menores.

Essa constatação de Durkheim se dá a partir da observação da intensificação das “densidades” da sociedade. Tal característica da organização capitalista tem como fundamento a concentração das populações em regiões urbanas. O aumento do volume de pessoas vivendo em espaços geográficos menores causa esse adensamento das sociedades e, segundo Durkheim, isso resulta impreterivelmente em conflito e disputa. A luta pela vida, nas palavras do próprio autor, se torna “mais ardente” (2004, p.263). O conflito se dá porque até então a produção das sociedades pré-capitalistas tinha outros fundamentos, dentre eles a subsistência se apresentava com certo destaque, isto é, os núcleos familiares ou as pequenas comunidades tinham de produzir boa parte do que consumiam. De certa forma, todo mundo fazia um pouco de tudo. Conforme as pessoas migram para as cidades e se concentram nesses espaços urbanos, essas formas de produção se mostram impraticáveis. Ao contrário do que pode parecer num primeiro momento, o convívio nas cidades adensadas será facilitado justamente porque o modelo produtivo capitalista demanda a divisão do trabalho. É por meio dessa divisão que a sociedade capitalista terá condições de produzir mais com menos esforço. Porém, mesmo que o convívio seja possibilitado, não se eliminam os conflitos e as disputas. Mas, isso não teria, dentro do paradigma durkheimiano,

nenhuma relação com a hierarquização dos indivíduos em classes sociais. Isso porque, para Durkheim, não existe relação direta entre divisão do trabalho e separação dos indivíduos em classes sociais ou castas. O autor defende a ideia de que os indivíduos escolhem com certa liberdade (mesmo que não seja ilimitada) um determinado trabalho, de acordo com suas habilidades naturais. Essa escolha tem implicações em vários aspectos do convívio social e indica como a profissão é determinante para o processo de diferenciação dos indivíduos, ou seja, para a formação de sua identidade em sociedade.

Para que a divisão do trabalho produza solidariedade, não basta, pois, que cada um tenha a sua tarefa, é necessário, além disso, que essa tarefa lhe convenha. (...) se a instituição das classes ou das castas dá origem, por vezes, a dolorosos atritos, em vez de produzir solidariedade, é porque a distribuição das funções sociais em que ela repousa não corresponde ou, antes, não mais corresponde à distribuição dos talentos naturais (DURKHEIM, 2004, P.392-393).

Durkheim não desenvolve de forma mais detalhada essa discussão sobre a problemática da formação das classes sociais, o que é central na crítica marxista ao capitalismo. Mas, é pertinente notar que, apesar de antagônicas, ambas visões sociológicas apontam para a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento social. Mesmo demandando o rompimento com as formas produtivas capitalistas, Marx e Engels denotam a importância da coletividade de trabalho para o desenvolvimento da vida social. Da mesma forma, Durkheim defende que a interdependência entre as coletividades de trabalho, resultante da própria divisão do trabalho social, possibilita o aprimoramento da vida em sociedade.

No paradigma marxista, o que se percebe é uma preocupação com a exploração do trabalho pelo capital e como isso interfere na vida em sociedade. Já no pensamento durkheimiano, as atenções estão voltadas para o grau de geração de solidariedade social a partir da participação dos indivíduos em coletivos de trabalho³. Os autores observam conjunturas distintas, porém de certa forma próximas. O texto de Marx e Engels data de 1845 e 1846 e a obra em questão de Durkheim, “Da divisão do trabalho social” (que foi sua tese de doutorado), data de 1893. Todos os autores observam períodos da expansão da indústria europeia, Marx e Engels na Alemanha e Durkheim na França.

Seja qual for a abordagem desse aspecto do capitalismo, percebe-se que a divisão do trabalho se intensifica conforme tal modelo de organização social se desenvolve e isso tem implicações nas relações dos homens com essa atividade que está no cerne de sua natureza. Na contemporaneidade, outras complicações surgem nesse cenário como a questão da

³ Essa questão será melhor desenvolvida mais adiante.

flexibilização do trabalho, a divisão mundial do trabalho e as influências das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo produtivo e na vida em sociedade.

Ricardo Antunes (1995) aborda o tema, embasado numa observação das variações de modelo de produção adotados ao longo da história do capitalismo. Partindo do fordismo, modelo pioneiro desenvolvido pela indústria automotiva e disseminado para os demais setores, Antunes faz uma comparação com as formas produtivas surgidas a partir da década de 1980 que têm na flexibilização do trabalho suas bases. Esses novos modelos produtivos, com destaque para o Toyotismo, intensificam a precarização do trabalho, ou melhor, causam a precarização da vida produtiva da ‘classe-que-vive-do-trabalho’. O termo destacado, criado por Antunes, é usado para definir a classe assalariada de hoje, constituída de dois tipos de trabalhadores: os produtivos, que atuam diretamente na produção industrial e geram mais-valia; e os improdutivos, que atuam em áreas de serviços, planejamento, pesquisa, entre outros, e não geram diretamente mais-valia.

Seja na indústria ou nos setores de serviços, vem se tornando cada vez mais constante a terceirização do trabalho. Assim, os trabalhadores deixam de ser funcionários de uma determinada empresa e passam a ser subcontratados por meio período, por período pré-definido ou ainda fazem parte da chamada economia informal (trabalhadores sem carteira assinada). Antunes aponta outro problema presente nessas formas produtivas, a questão de gênero. Todas essas situações de precarização do trabalho ganham contornos ainda mais fortes quando se trata da força de trabalho feminina; as mulheres ainda recebem pagamentos inferiores ao dos homens pelos mesmos trabalhos, por exemplo.

Em uma análise sobre o mercado de trabalho, Manuel Castells revela o quanto essas mudanças nas formas de produção estão relacionadas ao desenvolvimento das TIC. Num dos capítulos do livro “Sociedade em rede” (2000), Castells apresenta várias pesquisas empíricas, baseadas em dados estatísticos, da situação do mercado de trabalho em alguns países, com destaque para os Estados Unidos. O autor busca compreender a interação entre tecnologia, economia e instituições na padronização dos empregos no processo de transição do rural, industrial ao informacional.

Castells acredita que os diferentes modelos de produção refletem as diferenças culturais e estratégicas de cada país, além de suas respectivas posições no mercado global. Mas, essas diferenças são usadas pelas multinacionais para otimizar sua produção, criando um processo de interdependência da força produtiva global. Isso configura uma nova divisão do trabalho, apresentada por Castells em três dimensões distintas. Na primeira, está a

realização de valor em que as tarefas reais são executadas em determinado processo de trabalho. Na segunda, ocorre o cultivo das relações em que determinada organização se relaciona com seu ambiente, o que inclui as demais organizações. Na terceira e última dimensão, estão inseridas as tomadas de decisão, ou seja, o espaço de relacionamento entre administradores e empregados em determinada organização ou rede. Observando a forma como esses indivíduos estão relacionados, Castells coloca os seguintes cargos como fundamentais para esse sistema produtivo: os dos trabalhadores ativos na rede que são aqueles que se posicionam por iniciativa própria; os dos trabalhadores passivos que são aqueles que estão “conectados” (on-line), mas não têm poder de decisão; e os dos trabalhadores desconectados que estão presos a suas tarefas específicas, definidas por instruções unilaterais não-interativas. Essa nova forma de organização da administração, baseada no avanço das possibilidades de automação do processamento de dados, coloca as decisões nas mãos das equipes especializadas. Estas ganham cada vez mais autonomia na tomada de decisões. Com isso, “os funcionários são reintegrados funcionalmente em vez de serem distribuídos organizacionalmente” (2000:270). Castells conclui que

(...) a evolução do nível do emprego não é uma condição que resultaria da combinação de dados demográficos estáveis com uma projeção da taxa de difusão da tecnologia da informação. Em grande parte, dependerá de decisões determinadas pela sociedade sobre os seguintes temas: utilização de tecnologias, política de imigração, evolução das famílias, distribuição institucional do tempo de serviço no ciclo vital e novo sistema de relações industriais (2000, p.284).

Em grande medida, de acordo com Roseli Figaro (2010), esse cenário apresentado por Castells é resultante do desenvolvimento do Toyotismo a partir da década de 1970 que acaba demandando maior espaço para a comunicação no processo produtivo. Para entender o quanto essas mudanças impactam as relações entre trabalho e identidade social, é preciso ir um tanto além da observação dos modelos de produção. É preciso olhar o homem nesses ambientes de trabalho e as relações que ele constrói a partir da identificação que sua atividade profissional lhe impõe.

3. A identificação social do homem pelo trabalho

Como discutido até aqui, o homem tem uma relação muito forte com sua atividade de trabalho. A importância atribuída a ele pelos indivíduos em sociedade se baseia na própria vinculação das pessoas a suas atividades profissionais. Numa situação cotidiana em que duas pessoas são apresentadas, é usual que se diga seus nomes e o que cada uma faz e isso

significa mostrar que elas fazem parte de um determinado coletivo de trabalho. Tal vinculação pode estar associada a uma empresa específica ou mesmo a uma profissão. O pertinente na situação cotidiana citada é o fato de que a atividade de trabalho representa um “resumo” de quem é a pessoa apresentada.

O comportamento, os interesses, os conhecimentos e até mesmo os posicionamentos políticos dos indivíduos acabam influenciados por sua convivência numa determinada coletividade profissional. Desse envolvimento com a dinâmica do ambiente de trabalho surge uma série de caracterizações identitárias tão ou mais fortes do que aspectos de gênero, étnicos, geracionais e culturais. A relação estabelecida entre a ideia de quem você é e o que você faz está presente no que Durkheim identifica como solidariedade social.

Para o autor, existem dois tipos de solidariedade que não são excludentes, embora uma delas só tenha surgido com o desenvolvimento da sociedade capitalista. O primeiro tipo seria a solidariedade mecânica ou por similitudes que se estabelece por meio das relações entre os indivíduos e está diretamente ligada aos papéis que as pessoas desempenham em seus núcleos familiares e comunitários, por exemplo. Segundo Durkheim, nas sociedades em que esse tipo de solidariedade está mais difundido, o indivíduo é muito mais um produto social do que em outras sociedades, isso porque “o indivíduo não se pertence (...); ele é literalmente uma coisa de que a sociedade dispõe” (2004, p.107-108). O autor se baseia no fato de que o indivíduo como ser psíquico tem sua consciência individual criada a partir daquilo que já está determinado pelo coletivo. Dessa forma, esse indivíduo estará limitado à repetição de padrões e não será visto de maneira diferenciada⁴.

O segundo tipo de solidariedade é a orgânica, resultante da divisão do trabalho social. Na visão de Durkheim, esse outro tipo de solidariedade surge a partir da diferenciação dos indivíduos. Se na solidariedade mecânica, os indivíduos se assemelham, na solidariedade orgânica, eles se diferenciam por conta da atividade profissional que desempenham. Durkheim afirma que quanto mais complexa a divisão do trabalho social, maior será a ocorrência de solidariedade orgânica e isso representa desenvolvimento social. O sociólogo francês acredita que a divisão do trabalho social vai além das questões econômicas.

É a divisão do trabalho social que, cada vez mais, cumpre o papel outrora exercido pela consciência comum; é principalmente ela que mantém juntos os agregados sociais dos tipos superiores. Eis uma função da

⁴ Segundo Durkheim, as sociedades feudais, por exemplo, cuja divisão de papéis sociais é menos desenvolvida, os indivíduos apresentam graus menores de diferenciação. Nesse tipo de organização social, a solidariedade mecânica é a que prevalece.

divisão do trabalho muito mais importante do que lhe é de ordinário reconhecida pelos economistas (DURKHEIM, 2004, p.156).

A crítica de Durkheim se direciona à ideia de que trabalho é emprego (num sentido negativo) e sua finalidade essencial é a geração de recursos, como se tal atividade não tivesse nenhuma outra representatividade na vida social. A noção de solidariedade orgânica tem justamente o papel de expor as implicações da atividade de trabalho na diferenciação dos indivíduos em sociedade. Dito de outra forma, tal conceito ajuda a perceber o quanto o trabalho influencia na definição das identidades sociais, isso porque ao mesmo tempo em que os indivíduos se diferenciam pela atividade profissional que desempenham, eles passam a fazer parte de coletividades correlatas a suas profissões. Nessa participação nos grupos profissionais, os sujeitos sociais serão “impregnados” de aspectos identitários.

Essa percepção da centralidade do trabalho na formação das identidades está presente na pesquisa de Roseli Figaro sobre os metalúrgicos da região do ABCD, na grande São Paulo. Embora, a autora esteja em um campo fundamentado no paradigma marxista, é possível perceber pontos de contato com a tese durkheimiana da solidariedade orgânica. Figaro (2001) demonstra como o ambiente de trabalho e a profissão influenciam na definição do “ser trabalhador”, ou seja, o cidadão é identificado a partir de seu *métier*. A própria produção de sentido passa por essa relação do indivíduo com seu ambiente de trabalho.

“(…) dar sentido ao mundo passa pela experiência vivida – pela cotidianidade que se constitui, para esses trabalhadores – na rotina organizada pelo mundo da fábrica, pelo tipo de trabalho que desenvolvem, pelas **relações** (grifo nosso) que estabelecem enquanto **profissionais** (grifo nosso) e pelas amizades, momentos de descontração, brechas criadas no ambiente de trabalho para a expressão de suas características enquanto pessoa, sujeito trabalhador (FIGARO, 2001, p.157).

O objetivo da pesquisadora é ressaltar a importância do ambiente de trabalho para os estudos de recepção, isso porque o “consumo” das produções midiáticas será influenciado, mediado por esse espaço determinante na formação das identidades sociais.

O mundo do trabalho vai se mostrando como mediação privilegiada para o estudo da recepção dos meios de comunicação, pois é nele, e a partir dele, que se constituem e se materializam as experiências vividas no cotidiano. É a partir dele também que se configuram as relações no bairro ou na comunidade do local de moradia. (...) As relações que se estabelecem ali são dadas a partir da identidade construída no mundo do trabalho (FIGARO, 2001, p.159).

Fica evidenciado, assim, que o indivíduo se constitui como ser trabalhador e isso tem implicações diretas na maneira como ele se relaciona nas demais esferas sociais, pois ele

será a todo momento vinculado a sua profissão, a seu ambiente de trabalho. Isso não pode ser ignorado nas pesquisas em comunicação, principalmente nas pesquisas de recepção que devem observar essa relação da formação das identidades e o mundo do trabalho.

4. A centralidade do trabalho para as pesquisas em comunicação

Seguindo em sua pesquisa, Figaro propõe pensar o mundo do trabalho como mediação fundamental nas relações de comunicação (2008, p.18). Isso porque as mediações são entendidas como o meio ambiente ou os conjuntos de relações em que os indivíduos estão inseridos. Conforme explicitado anteriormente, o ambiente de trabalho tem prevalência nas experiências cotidianas, daí sua proposta que, em grande medida, corrobora com o pensamento de Ricardo Antunes (2001). Para o autor, o trabalho “está no centro do processo de humanização do homem” (ANTUNES, 2001, p.136) e é isto que diferencia o ser social do ser puramente biológico. Nesse sentido, retoma-se a ideia de trabalho como atividade ontológica e tal entendimento será colocado na proposta de Figaro ao lado da comunicação que também se encontra no cerne da formação dos indivíduos sociais.

A definição e defesa da incorporação da comunicação nesse binômio por Figaro está presente em seu artigo “Comunicação e trabalho: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção” de 2009.

O conceito de comunicação foi potencializado com os sentidos de mobilidade, transporte, ligação, troca (...) dando origem a diversas correntes que teorizam sobre a cultura emergente e as funções dos meios de comunicação (FIGARO, 2009, p. 26).

A comunicação como área pluridisciplinar, atravessada pelas ciências, é um campo eminentemente do simbólico. Diz respeito às relações entre sujeitos e subjetividades, numa sociedade complexa e tecnológica (FIGARO, 2009, p. 28).

Essa abordagem estabelece uma conexão entre trabalho e comunicação e contribui para as pesquisas de recepção, cujo paradigma está embasado, por sua vez, no estudos culturais. O passo dado por Figaro se caracteriza justamente por um desacordo entre a autora e aquilo que vem sendo defendido como aspecto central dos estudos de recepção, as relações culturais, de gênero, comunitárias, em detrimento da centralidade do trabalho.

Um bom exemplo da importância atribuída à cultura como espaço central de mediação social está no estudo de Raymond Williams e Stuart Hall sobre a hegemonia e a relação entre identidade e mediações culturais. Nessa chave de discussão, a cultura ocupa um espaço central nos processos de mediação. Para Williams (2009), o hegemônico, termo usado no sentido dado por Gramsci, não prescinde da diversidade e das oposições, muito

pelo contrário. Na interpretação de Willians, a hegemonia se configura a partir das forças sociais e culturais ativas que constituem seus elementos básicos e o hegemônico precisa ser capaz de absorver o diferente e até mesmo as oposições para se manter. Esse raciocínio acaba exemplificado por Hall (2003) quando ele trata da “contraposição” entre cultura popular e capital. O autor demonstra que a cultura é, na verdade, um campo de disputa em que o capital expropria a cultura popular e a transforma, sem que isso implique na existência de uma dominação total, o que ocorre é um processo de vitórias e derrotas, um embate constante. Assim, não existiria um pensamento hegemônico que domina as relações culturais, mas sim um campo de disputa em que a hegemonia precisa “negociar” ou “disputar” com outras formas de pensar.

Com Willians e Hall, percebe-se a possibilidade ou abertura de interpretar as relações sociais a partir de uma lógica em que o capital não mais é colocado com o peso de um determinismo da manipulação das consciências. Nessa mesma perspectiva, Jesús Martín Barbero (1997) desenvolve sua fala com ênfase para as implicações das mediações culturais no processo de construção das identidades nacionais nos países da América Latina. Sua preocupação está na dificuldade de pensar os países latino-americanos como unidades identitárias, isso porque, segundo Barbero, existem três descontinuidades que dificultariam tal processo. A primeira delas está no descompasso entre Estado e nação, afinal é comum perceber nessa região a existência de várias nações em um único Estado ou país. A segunda descontinuidade se refere ao “modo desviado com que as classes populares se incorporaram ao sistema político e ao processo de formação dos estados nacionais” (1997, p. 214). Por último, há descontinuidade “no papel político e não só ideológico que os meios de comunicação desempenham na nacionalização das massas populares” (1997, p. 214).

Por conta desse contexto de descontinuidades, Barbero defende a abordagem que sai da pesquisa dos meios de comunicação e parte para a observação das mediações. Para ele, “o campo daquilo que denominamos mediações é constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade” (1997, p.262). Barbero destaca três lugares ou espaços de mediação, a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Em um momento mais contemporâneo de sua pesquisa, o autor defende que essas mediações encontram na comunicação um “lugar estratégico para ‘pensar’ a sociedade” (2004, p. 213). Isso porque a “comunicação [deve ser pensada] como dimensão constitutiva da cultura e portanto da produção do social” (2004, p. 217). Em resumo, o que se coloca em debate é o

reestabelecimento da socialidade, ou seja, a trama de relações cotidianas dos indivíduos, no centro do pensar a sociedade. Dentro desta perspectiva, Barbero faz ainda uma diferenciação entre rentabilidade do capital e produção industrial (inserida nas rotinas de trabalho que não são exatamente emanações do capital) o que ajuda a redimensionar a interferência do capital e a centralidade da socialidade.

Apesar da defesa de Barbero, Hall e Willians da centralidade da cultura nos processos de mediação social, Figaro demonstra em sua pesquisa sobre os metalúrgicos, conforme citação da página 10, que o trabalho tem sim destaque como espaço de mediação e de construção de sentidos. Essa relação de mútua influência entre trabalho e comunicação acaba sendo ampliada com o avanço das tecnologias de comunicação. Assim, num mundo marcado por uma produção baseada na divisão do trabalho e na emergência de relações mediadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), a proposta de Figaro se torna pertinente como ferramenta teórico-metodológica.

5. A relação entre linguagem, trabalho e identidade

A observação da centralidade do trabalho na formação das identidades e, portanto, sua relevância como mediação social, demanda um olhar mais atento para as relações no ambiente de trabalho. Parte dos estudos que contribuem para a retomada dessa centralidade do trabalho está baseada em pesquisas de campo pautadas pela observação dos ambientes de trabalho e por entrevistas e dinâmicas de grupo com os trabalhadores. Um exemplo desse tipo de iniciativa é o próprio estudo, já citado, de Roseli Figaro que utiliza conhecimentos dos estudos da linguagem (análise do discurso), da ergonomia e ergologia⁵ para entender esse espaço de mediação social.

Nesses estudos, percebe-se que a linguagem utilizada pelos trabalhadores em sua atividade profissional pode servir como base para a compreensão da dinâmica social do trabalho. Abdallah Nouroudine (2002), por exemplo, discute essa questão a partir da ideia de que é possível distinguir a linguagem relativa ao trabalho em três modalidades languageiras: a linguagem como trabalho, a linguagem no trabalho e a linguagem sobre o trabalho. A respeito do primeiro tipo, ou seja, a linguagem como trabalho, o autor afirma tratar-se de uma atividade complexa desenvolvida “em coletivos de trabalho, para os quais a cooperação é indispensável” (2002, p. 19). Outro aspecto destacado nessa modalidade

⁵ Ergonomia é uma abordagem técnico-metodológica que visa aperfeiçoar a racionalização do trabalho. Ergologia, por sua vez, é um campo pluridisciplinar que busca estudar o trabalho a partir de “emanações” dos próprios trabalhadores e de seus ambientes de trabalho.

linguageira diz respeito à natureza consciente dessa fala, isso porque trata-se de algo narrável. Tais falas podem ser dirigidas para o coletivo, para si mesmo ou podem ser realizadas como mínimo dialógico, isto é, como pensamento no momento em que a atividade é realizada.

A linguagem no trabalho, ainda segundo Nouroudine, “(...) seria, antes, uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade” (2002, p. 22). Já a linguagem sobre o trabalho diz respeito à produção de saber sobre a atividade; seja esse um saber usado para a formação de terceiros, seja como informação trocada entre pessoas que participam de um mesmo ambiente de trabalho.

As práticas languageiras observadas no ambiente de trabalho acabam por evidenciar um processo de afirmação das identidades profissionais. Segundo Daniel Faïta (2002), tal observação deve levar em conta as falas como texto e não como corpus. Isso porque, para ele, o texto é o próprio discurso em funcionamento, enquanto que o corpus é o discurso em estado de coisa. Disso decorre que a análise das práticas languageiras muito revela sobre a dinâmica do trabalho, seja por meio daquilo que está normatizado como falas sobre o trabalho (regras escritas como manuais de conduta, por exemplo) ou por meio daquilo que é essencialmente costume das pessoas (é o caso de jargões profissionais).

Algumas considerações

A observação das relações sociais mediadas pelo trabalho leva a um entendimento da centralidade da atividade de trabalho na formação das identidades sociais. Seja para demonstrar que o comportamento, a visão de mundo e até os posicionamentos políticos dos indivíduos são marcados por suas relações de trabalho, seja para demonstrar como as pessoas em sociedade são identificadas umas pelas outras por meio de suas atividades profissionais, o trabalho se coloca no centro desse processo de identificação e diferenciação (solidariedade orgânica) das identidades coletivas e individuais.

A pertinência do debate sobre a centralidade do trabalho na formação das identidades sociais para a pesquisa em comunicação fica evidenciada na análise das relações de mediação social contemporâneas. Por um lado, a participação da comunicação no processo produtivo capitalista se torna cada vez maior, por outro, o “consumo” midiático sofre influência direta do ambiente de trabalho. Assim, o binômio comunicação e trabalho proposto por Roseli Figaro responde adequadamente a uma demanda contemporânea que parece, cada vez mais, se acentuar.

O entendimento dessas relações do homem, hoje em dia, com a comunicação e o trabalho pode ajudar a compreender melhor a vida social no que diz respeito tanto aos campos de mediação quanto aos processos de construção das identidades. Ambos aspectos são de suma importância para as pesquisas em comunicação.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Edunicamp, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARBERO, Jesús-Martín. **Dos meios as mediações.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo.** São Paulo: Loyola, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista** – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FAÏTA, Daniel. *A análise de práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto.* In SOUZA E SILVA, Maria Cecília e FAÏTA, Daniel (Orgs.). **Linguagem e trabalho.** Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002, p. 45-60.

FIGARO, Roseli A. **Comunicação e trabalho.** Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.

_____. *Atividade de comunicação e trabalho.* **Revista Trabalho, Educação e Saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 107-145.

_____. *Comunicação e trabalho: binômio teórico produtivo para as pesquisas de recepção.* **Mediaciones sociales** – Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009, p. 23-49.

_____. *Comunicação e trabalho para mudanças na perspectiva sócio-técnica.* **Revista USP.** São Paulo: SCS/USP, 2010, p.96-107.

HALL, Stuart. **Da diáspora.** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Unesco, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NOUROUDINE, Abdallah. *A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho.* In SOUZA E SILVA, Maria Cecília e FAÏTA, Daniel (Orgs.). **Linguagem e trabalho.** Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002, p.17-30.

ROSINI, Veneza V. M. **Mídia, cultura e classe: a ordem da diferença.** Encontro da Compós, GT Recepção, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.